

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v18i35.21830>

## UM APRENDIZADO POR COSTUMES E VIVÊNCIAS DIÁRIAS NAS ZONAS RURÍCOLAS: ENSINO HISTÓRICO NA CARTILHA PONTO DE PARTIDA (SERGIPE, 1980-1985)

**Magno Francisco de Jesus Santos**

Professor do Departamento de História da UFRN

[magno.santos@ufrn.br](mailto:magno.santos@ufrn.br)**Resumo:**

Este artigo tem como escopo a análise da cartilha *Ponto de Partida*, produzida pela equipe técnica da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, em 1983, destinada aos alunos da primeira série do Primeiro Grau das escolas situadas na zona rural. Esse impresso teve um forte impacto nas práticas educativas na zona rural, com usos que se prolongaram até o início da década de 1990. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo o objetivo de analisar a cartilha *Ponto de Partida* como uma ferramenta de ensino que considerava as bagagens históricas das comunidades rurais de Sergipe. Para isso, mobilizamos como fonte de investigação o referido livro, com foco nos textos e nas ilustrações. Esses elementos sinalizam os usos da memória histórica da população rural no processo de aprendizagem escolar.

**Palavras-chave:** Ponto de Partida, impresso, Sergipe.

## AN APPRENTICESHIP THROUGH CUSTOMS AND DAILY EXPERIENCES IN RURAL AREAS: HISTORICAL TEACHING IN THE PONTO DE PARTIDA BOOKLET (SERGIPE, 1980-1985)

**Abstract:**

This article aims to analyze the “Ponto de Partida” booklet, produced by the technical team of the State Department of Education of Sergipe in 1983 and which was intended for students in the first grade of Primary School in schools located in rural areas. This press had a strong impact on educational practices in the rural area, with uses that continued until the beginning of the 1990s. In this sense, I aim to analyze the “Ponto de Partida” booklet as a teaching tool that considered historical baggage of rural communities in Sergipe. To do this, I use the booklet as

a source, focusing on the texts and illustrations. These elements signal the uses of the historical memory of the rural population in the school learning process.

**Keywords:** Starting Point, press, Sergipe.

## Introdução

Prezado Professor,

Tendo obtido os melhores resultados em sua primeira edição, o livro “Ponto de Partida”, destinado aos alunos de 1º grau das zonas rurais de Sergipe, é lançado agora em sua terceira edição, a fim de atender ao alunado que este ano ingressa na primeira série do primeiro grau.

Projetado e lançado no Governo Augusto Franco, quando da gestão do Secretário da Educação e Cultura Antônio Carlos Valadares, “Ponto de Partida” vem atingindo plenamente os seus objetivos de oferecer à população escolar *um aprendizado dentro das características regionais de linguagem de costumes e de vivência diária nas zonas rurícolas*. Sua distribuição gratuita e o fato de substituir os livros convencionais constituem fatores de alto alcance social e pedagógico, daí ter o Governador Djenal Tavares Queiroz autorizado o seu relançamento.

Este livro, cuja pesquisa e o texto foram levados a efeito por uma equipe da própria Secretaria da Educação e Cultura do Estado, representa um esforço do Poder Público para atender as populações mais necessitadas, merecendo, pois, todo seu apoio.

Aracaju, fevereiro de 1983 (Dantas, 1983, p. 1).

Este artigo se inicia com as palavras de Antônio Manoel de Carvalho Dantas, secretário da Educação e Cultura do Estado de Sergipe no governo de Djenal Tavares Queiroz (1982-1983). O material didático foi apresentado pelo então secretário como um legado da política educacional instituída no estado de Sergipe, ao longo do governo de Augusto Franco, que preconizava a construção de uma prática educacional pautada na realidade da população que vivia no campo. Esse legado era devedor do labor de uma equipe de profissionais da educação que teria construído um impresso voltado à população pobre dessa região, a fim de substituir o material didático convencional.

O impresso educacional foi apresentado como um material inovador, com vistas à qualificação do ensino a partir dos valores e costumes da população residente no entorno das escolas situadas em áreas rurais. Conforme apresentado pelo secretário estadual da pasta de Educação e Cultura, no excerto que inspirou o título deste artigo, publicava-se uma nova edição de um texto que propiciaria “[...] um aprendizado dentro das características regionais de linguagem de costumes e de vivência diária nas zonas rurícolas”. Assim, *Ponto de Partida* era divulgada como uma

ferramenta que explicitava o projeto educacional no qual o Estado fomentava a valorização dos saberes e fazeres da mencionada população.

O material em voga teve a sua primeira edição publicada nos idos de 1980 e, ao longo da década de 1980, foi alvo de pelo menos três edições, destinadas à distribuição gratuita nas escolas rurais do estado. Mesmo sem a publicação de novas edições, o impresso continuou a ser mobilizado por professores e professoras das referidas escolas como uma ferramenta que propiciava o letramento em conformidade com os aspectos culturais de seus alunos. Assim, era recorrente, ainda no início da década de 1990, a reutilização do aludido livro nos bancos escolares, fazendo com que o material se tornasse uma ferramenta utilizada por toda uma geração de estudantes.

Se no âmbito das escolas rurais a cartilha foi alvo de um longo processo de utilização como material didático, na Secretaria de Estado da Educação e Cultura a equipe responsável pela elaboração também investiu no processo de divulgação e defesa dos princípios norteadores de sua produção. Com isso, o impresso encontrava-se indicado nos guias do Programa Nacional do Livro Didático da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Quanto às autoras, algumas delas participaram de eventos acadêmicos da área educacional para apresentar a proposta.

Assim, percebe-se uma considerada ressonância desse material didático na esfera educacional de Sergipe, ao longo da década de 1980. Contudo, apesar desse significativo impacto socioeducativo, o documento ainda não foi objeto de investigações acadêmicas. Após o enlevado processo de divulgação e os usos ao longo de uma década, o impresso foi esquecido. Isso se deu, em grande medida, em decorrência de uma fragilidade de preservação da memória educacional, pois não é possível localizar os exemplares da cartilha em nenhuma biblioteca pública de Aracaju, tampouco em sebos. Os livros foram distribuídos, usados, mas não se tornaram alvo da política de salvaguarda da memória escolar.<sup>1</sup>

Outro aspecto que pode ter contribuído para o silenciamento desse material didático é a pouca atenção dada pela produção historiográfica à educação rural. Assim, tanto as instituições, a exemplo das antigas escolas rurais, quanto os docentes e os materiais escolares acabam sendo negligenciados como problema de investigação. Esse quadro é agravado pela temporalidade do

---

1 Neste artigo, mobilizo como fonte o único exemplar localizado, uma edição de 1983, usado como material didático no processo de escolarização do autor no ano de 1989. Essa experiência sinaliza uma longa continuidade dos usos do impresso no processo educativo nas escolas da zona rural em Sergipe, mesmo sem haver novas edições. Apesar da realização da heurística nos acervos das bibliotecas públicas Epifânio Dória, Aglaé Fontes e Clodomir Silva em Aracaju, não foi possível localizar exemplares desse livro didático.

impresso, pois as pesquisas tendem a privilegiar as experiências educativas de períodos mais recuados. Nesse sentido, este artigo apresenta-se como uma contribuição à historiografia, por provocar a reflexão acerca das experiências atinentes à educação popular no campo, ao longo da primeira metade da década de 1980.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar a cartilha *Ponto de Partida* como uma ferramenta de letramento que considerava as bagagens históricas das comunidades rurais de Sergipe, no período compreendido entre 1980 e 1985. O marco temporal justifica-se pelo fato de 1980 ser o ano da publicação da primeira edição da cartilha; 1985 foi o ano de divulgação do impresso no livro “A Nova escolha do Livro Didático”, do Programa Nacional do Livro Didático (PLND) e de sua apresentação em eventos da área de educação.

Para contemplar o objetivo, aciono como fonte de pesquisa a terceira edição da referida cartilha, publicada em 1983. A análise pautou-se nos textos e nas ilustrações. Esses elementos sinalizam os usos da memória histórica da população rural no processo de aprendizagem escolar pela equipe responsável pela escrita e ilustração do material didático. A cartilha foi cotejada com outros registros que evidenciam a inserção das autoras no campo didático e a circulação do impresso no cenário educacional brasileiro.

Entretanto, como fazer a leitura de um impresso pedagógico oriundo dos últimos anos da experiência política da ditadura civil-militar? Quais questões podem ser mensuradas a partir de uma cartilha destinada à inserção de crianças na vida escolar? Penso que uma chave de leitura pode partir da perspectiva da cultura política. Afinal, o material didático é revelador de frestas acerca da concepção de universo rural ou de constructos de como o rural poderia ser representado para o público infantil. Pautado nas preconizações estabelecidas por René Rémond (2003), parto do princípio de que o político vai além do político-partidário e de que a cultura política implica na construção de uma leitura comum de passado e de um projeto compartilhado de futuro.

A leitura da cartilha também parte da premissa defendida por Paulo Freire (2021, p. 113), ao pensar as possibilidades de aproximação entre a escola pública e a educação popular, sem ignorar os limites da prática educativa: “[...] não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa”. Nesse sentido, a experiência pretérita da educação das comunidades rurais sergipanas foi pensada a partir de uma proposta engendrada pelo corpo burocrático do Estado, que, por sua

vez, buscou levar em consideração as experiências vivenciadas pelo alunado. Assim, a leitura parte da provocante proposta de Paulo Freire de fomentar uma nova maneira de ler a História:

A História como possibilidade. Esta inteligência da História, que descarta um futuro predeterminado, não nega, porém, o papel dos fatores *condicionantes* a que estamos mulheres e homens submetidos. Ao recusar a História como um jogo de destinos certos, como *dado*, ao opor-se ao futuro como algo inexorável, a História como possibilidade reconhece a importância da decisão como ato que implica ruptura, a importância da consciência e da subjetividade, da intervenção crítica dos seres humanos na reconstrução do mundo. Reconhece o papel da consciência construindo-se na práxis; da inteligência sendo inventada e reinventada no processo e não como algo imóvel em mim, separado quase, de meu corpo. Reconhece o meu corpo como *corpo consciente* que pode mover-se criticamente no mundo como pode “perder” o endereço histórico. Reconhece minha individualidade que nem se dilui, amorfa, no social nem tampouco [*sic*] cresce e vinga fora dele. Reconhece, finalmente, o papel da educação e de seus limites (Freire, 2021, p. 114-115).

Inspirado pela perspectiva de pensar a história como um campo de possibilidades, a reflexão sobre o passado recente da educação rural, no contexto dos últimos anos da experiência ditatorial, torna-se salutar. A cartilha publicada emerge desprovida de quaisquer referências. A breve apresentação do impresso, realizada pelo então secretário da Educação e Cultura, igualmente, nada sinaliza acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram a produção do material. Esse silêncio pouco explicita uma possível ausência de leitura da equipe e se mostra devedor dos subterfúgios de construir uma cartilha voltada para a educação rural em um contexto no qual as ações de pensar o popular quase sempre incorriam no campo subversivo.

Imbuído dessa proposta de pensar a história como um campo de possibilidade e do material didático como um registro concernente à difusão de uma cultura política voltada à população rural do início da década de 1980, estruturei o artigo em duas seções. Na primeira, tenho como escopo a construção das narrativas escritas, que versam sobre práticas culturais do cotidiano campestre sergipano. Na segunda, discorro sobre as representações iconográficas da cartilha, ao mobilizar as ilustrações que acompanham os textos escritos. Com isso, torna-se plausível pensar os avanços e as limitações na construção de uma proposta educativa voltada para o mundo rural.

## 1. “Dentro das características regionais de linguagem de costumes”: as narrativas textuais e o mundo rural

Como esclarecido anteriormente, a cartilha *Ponto de Partida* foi uma produção oriunda da equipe técnica da Secretaria da Educação e Cultura do estado de Sergipe, nos idos de 1980. Tal equipe era constituída por cinco mulheres formadas em Pedagogia que, desde o final da década de 1970, atuavam em diferentes setores da educação, dentre os quais a rede municipal de Aracaju e a rede estadual de Sergipe. Foi durante o governo estadual de Augusto Franco que elas integraram o “Núcleo de Apoio Técnico” da Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Nesse núcleo, ocorreu a produção coletiva de uma cartilha destinada ao uso nas escolas rurais.

O Núcleo de Apoio Técnico encontrava-se sob a chefia de Maria da Conceição Maia Rebouças, uma pedagoga portuguesa, que, desde o final da década de 1960, vivia no Brasil, atuando nas secretarias de educação dos estados de Pernambuco e Sergipe. De acordo com as informações do “Prontuário de Estrangeiros”, disponível no acervo do Arquivo Nacional, Maria Rebouças chegou ao Brasil, no dia 21 de março de 1960, ao desembarcar do vapor Vera Cruz no Porto de Recife. Ela nasceu na Vila do Conde, Portugal, no dia 12 de julho de 1948. Era filha de Jaime dos Santos Maia e Albina Ferreira Ramos Maia. Nos idos de 1970, ainda como graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco, ela casou-se com Tadeu da Cunha Rebouças. Foi em decorrência da aprovação do esposo no concurso para docente da Universidade Federal de Sergipe que o casal se mudou para Aracaju, em 1975.<sup>2</sup>

Nessa mesma época, ela passou a integrar a equipe técnica da Secretaria de Estado da Educação e Cultura de Sergipe, em um momento no qual a educação brasileira privilegiava o discurso da necessidade de investir na composição de técnicos especialistas para pensar o êxito escolar. A partir de 1979, com o novo governo estadual, Maria da Conceição Maia Rebouças passou a chefiar o Núcleo de Apoio Técnico, que era composto pelas pedagogas Alaíde dos Santos, Denise Costa Lima da Rocha, Iara Madureira Rabelo, Maria das Neves Gonçalves Corbal e Sílvia Maria Duarte Moreira Garcia. Com isso, durante a gestão do secretário de educação Antônio Carlos Valadares, ocorreu um investimento para que a equipe técnica elaborasse

---

2 De acordo com as informações da Assembleia Legislativa de Sergipe, “Maria da Conceição Maia Rebouças nasceu em Vila do Conde, em Portugal. É graduada em pedagogia, especializada em supervisão escolar pela Universidade de Pernambuco no ano de 1972 e em educação no mundo subdesenvolvido pela Universidade Federal de Sergipe em 1985. Atuou como professora no Estado de Pernambuco no período de 1969 a 1973. Em Sergipe, exerceu a função de técnica em educação na Secretaria de Estado da Educação nos anos de 1975 a 1998. Foi membro da equipe do programa de Assistência educacional aos municípios sergipanos, coordenadora do grupo de elaboração da cartilha *Ponto de Partilha* desenvolvido para a zona rural de Sergipe, coordenou também o grupo de elaboração do Atlas Geográfico de Sergipe pelo convênio SEC/UFS, organizadora do arquivo do Instituto Rui Barbosa da Escola Normal” (ALESE, 2018).

materiais didáticos, providos de conteúdos referentes à cultura local, destinados às primeiras séries do primeiro grau.

Dessa proposta, resultaram duas cartilhas. A primeira foi *Ponto de Partida*, voltada para as escolas da zona rural e produzida por Alaíde dos Santos, Denise Rocha, Iara Rabelo, Maria Corbal e Sílvia Garcia. A segunda foi *Descobrimo o Caminho*, elaborada por Alaíde dos Santos, Iara Rabelo, Maria Corbal e Maria do Carmo Souza Vasconcelos. Esse segundo material didático era destinado ao alunado dos núcleos urbanos do estado. O conjunto dessa produção, oriunda da lavra de equipes que tinham três nomes em comum, evidenciava a preocupação do governo estadual em criar um material didático que fundamentasse o ensino de primeiro grau a partir da cultura sergipana.

A produção do material didático teve um considerável impacto, ao longo da década de 1980. Em 1985, as cartilhas *Descobrimo o caminho* e *Ponto de Partida* foram divulgadas entre os livros didáticos regionais voltados para a alfabetização, como produção da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, em *A nova escolha do Livro Didático*, publicado pelo Programa Nacional do Livro Didático em 1985 (FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANETE, 1985, p. 12). Três anos antes, em 1982, duas das autoras de *Ponto de Partida* participaram da II Conferência Brasileira de Educação na Universidade Federal de Minas Gerais. Denise Costa Lima da Rocha e Sílvia Maria Duarte Moreira Garcia, juntamente com a professora Ana Lúcia Vieira Menezes, representando a Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, apresentaram o painel “Material didático para a zona rural – produção e impasses”, no qual o alvo da reflexão era a cartilha *Ponto de Partida*. Tratava-se de um evento realizado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), que teve como foco a educação popular e a democratização do ensino, fato que resultou no registro das atividades pela Agência Central da SNI (DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO, 1982, p. 8). Ressalta-se ainda que as congressistas integravam o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe, fundado em 1977 e apresentaram o documento como uma possibilidade de enfrentamento de problemas relacionados à educação rural. A cartilha, apesar de ser oriunda de um programa criado pelo Estado, apresenta questões que atravessavam o debate acerca da educação da população rural no país que vivenciava os últimos anos ditatoriais.

No impresso escolar em questão, as professoras realizaram uma ação significativa ao investirem na dimensão da aprendizagem inicial do alunado, priorizando os aspectos da cultura estadual na construção dos textos, das atividades lúdicas e dos exercícios. O material trazia como anexo

um envelope no qual continha cédulas e moedas de brinquedo para que fossem usadas nas atividades lúdicas com operações matemáticas. Ressalta-se que a cartilha apresentava uma proposta voltada ao letramento, por meio da intercalação de ensinamentos relacionados à Aritmética e à Língua Portuguesa. No material, era premente a preocupação em constituir uma aprendizagem processual, com o gradativo adensamento dos textos e das atividades. Essa preocupação é perceptível nas recomendações apresentadas na seção *Como utilizar este livro*, onde se lê o seguinte:

Como utilizar este livro:

No início, para o aluno aprender a ler e escrever, usamos este tipo de letras:

a b c d e f g h i j l m n o p q r s t u v x z

Aos poucos vai aparecendo a letra maiúscula:

A B C D E F G H I J L M N O P Q R S T U V X Z

A partir da página onde aparece o alfabeto completo nos 03 tipos de letra, é que o aluno vai ler a letra de imprensa e cursiva e escrever apenas com a cursiva.

Observe os movimentos de cada aluno quando estiver escrevendo, para que ele não trace errado as letras (Santos et al., 1982, p. 9).

As orientações preconizadas pelas autoras ressaltavam a dimensão gradual do processo de letramento, pautado na aprendizagem das letras e na leitura das primeiras palavras. Isso deveria ocorrer inicialmente com letras minúsculas impressas, passando para as maiúsculas e, finalmente, para as letras cursivas. Todas essas fases deveriam ser alvo da observação atenta do professorado, principalmente ao longo do momento de escrita. De alguma forma, as recomendações traçadas pelas autoras se tornaram indícios reveladores da realidade vivenciada em grande parte das escolas da zona rural sergipana no emergir da década de 1980. Nesse período, era recorrente encontrar quase todo o professorado leigo, que, por seu turno, teve poucos anos de vida escolar. Não raramente, eram encontrados docentes que tinham cursado apenas as quatro primeiras séries do primeiro grau.

Ao visar esse perfil docente, a cartilha encontrava-se pautada na inclusão de informações destinadas ao professor, com textos escritos de forma simples e direta, conforme observado na orientação sobre numerais: “Ensine aos alunos que o numeral 30 representa 3 dezenas, *quer dizer, 10 + 10 + 10*. Faça exercícios no quadro de giz para recordar as dezenas já vistas” (SANTOS et al., 1982, p. 9, grifo do autor). Outras recomendações também se fizeram presentes na seção *Como utilizar este livro*:



Leia antes de cada lição as orientações que foram escritas para o professor e que aparecem no livro em cor azul. Tudo o que estiver impresso em azul é para o professor. Utilize o livro de acordo com o desenvolvimento da turma. Passe exercícios como os do livro no caderno do aluno.

Reforce cada palavra nova apresentada, ou seja, dirija conversa para que esta palavra seja falada várias vezes.

É importante que você, sempre que possível, faça o aluno conversar. O livro traz algumas sugestões de como você pode fazer isto.

Enquanto o aluno não souber ler, leia as orientações dos exercícios e explique como ele deverá fazer.

As brincadeiras e atividades sugeridas poderão ser utilizadas com os alunos de outras séries, caso você dê aula para várias séries ao mesmo tempo.

O livro pode ser completado com atividades que você se lembre ou que tenha costume de desenvolver.

Destaque os jogos de sílaba do final do livro, cada vez que você ensinar uma nova família silábica. Use com os alunos para formação de novas palavras e na. Revisão de sílabas já vistas. Faça revisão no início de todas as aulas.

Antes de ensinar cada numeral, faça exercícios de revisão dos números já estudados antes (Santos et al., 1982, p. 9).

A cartilha agregava em si a função de instrumento de formação para docentes atuantes nas escolas de primeiro grau da zona rural, por meio dos textos de orientação grafados em azul. A instrução também destacava algumas práticas a serem efetivadas em sala de aula, dentre as quais estavam a leitura prévia das diretrizes, a indicação de exercícios nos cadernos, de acordo com o nível do alunado. A prática docente deveria ancorar-se nos conteúdos disponibilizados na cartilha e em outros que já eram previamente ministrados pelo docente. Também foi valorizada a integração das brincadeiras e atividades, que poderiam envolver o alunado das demais séries em casos de turmas multisseriadas (Santos, 2013).

A cartilha não apresentava divisão de seções nem de conteúdos por disciplina. Os assuntos, inspirados em palavras geradoras, encontravam-se distribuídos em 98 laudas ilustradas e permeadas de atividades, muitas delas com finalidade lúdica. Havia uma linearidade de ilustrações, atividades, propostas de brincadeiras e temas iniciais de discussão, a exemplo de *Choveu na malhada*, *A galinha viu a minhoca* e *A galinha do vizinho*. Todos esses temas eram acompanhados de atividades para aprender as letras e os fonemas, em processo gradativo.

*Ponto de Partida* apresenta, como personagens centrais, jovens que estudavam em uma escola rural. Ao longo do impresso escolar, eles interagem em inúmeras atividades da rotina no campo,

como a busca de lenha no pasto ou o enchimento do pote com água. Esses jovens foram representados com vestimentas simples: sandálias de dedo, camisetas e shorts para os meninos e vestidos para as meninas. A indumentária evidencia uma coesão de classe social. Desprovidos de sapatos, com roupas curtas, os aspectos ilustrativos dos protagonistas sinalizam sujeitos das classes populares.

Entre os estudantes que ilustram a capa, há quatro meninos (três brancos e um negro) e três meninas (duas brancas e uma negra). Nela esses jovens se encontram com cadernos em mãos, como se estivessem no espaço escolar, posando para um registro fotográfico, com grande interação. Atrás do alunado, encontra-se uma faixa com o escrito *Ponto de Partida*, título da cartilha, mas que também indicava o começo de uma longa caminhada em busca do conhecimento. Como pano de fundo, há três faixas horizontais com as cores da bandeira de Sergipe: azul, verde e amarelo. Na Figura 1, verifica-se a ilustração da capa da cartilha:

**Figura 1** – Capa da cartilha *Ponto de Partida* (1982)



Fonte: (SANTOS et al., 1982)

Além da capa, na cartilha chama a atenção o conselho para que os professores estimulassem os discentes a falar sobre a realidade vivenciada em sua comunidade. Isso se daria pela exaustiva repetição das palavras aprendidas e pelos comentários sobre os temas das aulas, que sempre versavam sobre temáticas atinentes ao cotidiano no campo, envolvendo questões do tempo ordinário, como trabalho, escola, alimentação e chuvas, além de aspectos de eventos do tempo extraordinário, como os domingos e as festas de padroeiro. Observe os temas mobilizados nos textos da cartilha no Quadro 1:

**Quadro 1** – Temas geradores dos conteúdos em *Ponto de Partida* (1982)

Número	Título	Página
1	A Escola	57
2	A Chuva	62
3	O Trabalho	69
4	O Medo	71
5	A Feira	77
6	A Comida	81
7	A Festa do Padroeiro	83
8	O Domingo	86

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: (SANTOS et al., 1982)

Todos os textos eram protagonizados por um casal de jovens que vivia na zona rural: Maria e José. Ao longo da cartilha, eles se envolvem em aventuras que sinalizam duas temporalidades. Na primeira, há um tempo cíclico semanal, marcado pelas ações referentes ao trabalho com a família, aos estudos na escola, aos medos enfrentados na vida rural e à alimentação. Essa estrutura marcada pela experiência no campo se faz presente desde as primeiras atividades voltadas ao letramento, com a indicação de ilustrações e nomes que evidenciam aspectos do cotidiano discente, como os objetos: machado, chave, chapéu e cachorro. As ilustrações e as palavras foram acionadas na cartilha como temas geradores que deveriam nortear as discussões em sala de aula. Por exemplo, ao apresentar uma gravura da chuva, desencadeavam-se atividades voltadas para a aprendizagem de palavras do cotidiano que contêm as sílabas *cha*, *che*, *chi*, *cho*, *chu*, como em chave, chuva, bicho, cachaça, chá e chama.

A segunda temporalidade perpassa pela dimensão do calendário anual, iniciado pelas aulas, seguido pelo inverno, com o esperado período das chuvas e concluído com a festa do padroeiro. A vida no campo era estruturada, anualmente, entre trabalho, estudo e festas. Semanalmente, as atividades eram destrinchadas entre os fazeres domésticos, as vendas nas bodegas, o plantio, a alimentação e as aulas. As duas temporalidades eram diametralmente complementares, tornando-se o eixo modulador da rotina da vida das famílias na zona rural.

Assim, a história não era um conteúdo assertivo e fechado. Ela emergia como uma possibilidade enfeixada pelo padrão de recorrência das atividades corriqueiras do mundo rural. Ensinava-se a partir da realidade vivenciada no chão do campo e dentro das viabilidades experienciadas pelo alunado. Assim, emergia uma história como uma atividade-meio para permitir o processo de letramento. Aprendia-se a ler e a contar mediante as práticas do universo vivido pelos discentes.

Dialeticamente, o cotidiano encaminhava a aprendizagem e a aprendizagem reordenava os saberes sobre o cotidiano. As histórias narradas na cartilha explicitavam aspectos corriqueiros da vida no campo, marcada pelo trabalho, pelo estudo e pela diversão. Essas histórias gerais serviriam como encaminhamento para a ampliação do debate, com o docente instigando o alunado a revelar os aspectos de sua vida. O cotidiano imaginado, grafado no papel, era o estímulo para capturar o cotidiano vivenciado por jovens que frequentavam os bancos escolares. A história como possibilidade ficcionada no material didático seria para capturar as experiências dos de baixo. Essa ordenação do tempo se faz presente desde o primeiro texto da cartilha, ao elencar as inúmeras atividades que atravessavam o dia dos jovens estudantes, conforme verificado na Figura 2:

Figura 2 – A Escola



Fonte: (SANTOS et al., 1982, p. 57).

Em *A Escola*, a cartilha *Ponto de Partida* revela inúmeras frestas acerca de práticas recorrentes na vida de pessoas que viviam no campo. Ações como acordar cedo, buscar água no poço, encher o pote e o ato de lavar o rosto revelavam aspectos característicos da maior parte das casas da zona rural sergipana no alvorecer da década de 80 do século XX, assim como a ausência de água encanada, que impossibilitava o banho antes de ir à escola. O asseio sugerido na leitura restringia-se a lavar o rosto e escovar os dentes. Outros assuntos imaginados pelas autoras denotavam a busca pelo efeito do real, como as conversas sobre roças, criações, chuvas e secas. Tais conversas serviam de mote para a arguição oral a ser realizada pelo docente, imbuído do intuito de descortinar os fazeres cotidianos dos discentes.

A cartilha, indiretamente, traz à tona as condições de vida do alunado que a utilizava. A criança ou jovem que, no recreio da escola, brincavam de roda, de bola e de correr, após a aula tinham de se apressar para ir para casa, porque precisavam se juntar ao trabalho familiar na roça. Maria e José, além de seus colegas de cartilha, tornavam-se pessoas próximas do alunado. Transmutavam-se em sujeitos que compartilhavam experiências contíguas. Os discentes da zona rural viam suas vidas nos textos e nas ilustrações de sua cartilha. Se Maria e José podiam contar as suas histórias, todos seriam capazes. Assim, os desenhos passavam a ser guias que auxiliavam na elaboração das primeiras frases.

## 2. “Escrever frases sobre os desenhos”: as ilustrações

Certamente, um dos aspectos mais destacados na cartilha *Ponto de Partida* é o da ilustração. Trata-se de um recurso extremamente relevante no processo de letramento, no qual as imagens auxiliam na designação de objetos a serem nomeados. No referido livro, pode-se inferir que a ilustração colaborou para engendrar duas funcionalidades basilares: a primeira diz respeito à instituição do traço identitário, com representações artísticas que acionavam a vestimenta e os objetos do mundo rural, mesmo que, por vezes, acabassem incorrendo no exagero, muito similar a uma caricatura das pessoas do campo. O segundo e relevante aspecto condiz com a propositura da ilustração como um objeto-gerador,<sup>3</sup> que norteava a aprendizagem da leitura, da escrita e das operações matemáticas. Como nos lembra Francisco Régis Lopes Ramos (2016, p. 72), “Recortados, montados e costurados, todos esses tecidos misturam-se à outra tessitura, dão sentido e forma aos contornos da epiderme. As roupas cobrem e descobrem o corpo, na medida em que escondem e mostram o jeito com que cada um se afirma”.

Pautado nessas provocações lançadas por Francisco Régis Ramos (2016) sob a inspiração das palavras geradoras de Paulo Freire, é oportuno pensar que as imagens também evocam a força de alargamento da realidade, assim como a da confluência entre diferentes mundos. No caso das ilustrações da cartilha *Ponto de Partida*, temos a imagem geradora, que reinventa o universo rural: ao ser mobilizada no chão da escola e apropriada pelos discentes, possibilita uma reflexão

---

3 De acordo com Francisco Régis Lopes Ramos (2016, p. 74), o trabalho com objetos geradores não se vincula a relações nas quais o sujeito simplesmente descobre o objeto. Não se trata da revelação à luz de métodos cujos passos estão seguramente definidos. Antes de tudo, o potencial educativo dos objetos geradores reside no exercício de alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência a nós e ao mundo, em suas múltiplas ligações.

sobre o mundo inventado e sobre a realidade vivenciada. A imagem geradora tece vínculos e desfaz as amarras que impendem o vislumbrar do cosmo.

Um exemplo disso é a aprendizagem da operação da soma por meio da lúdica prática das vendas de uma bodega. Ou seja, um dos espaços mais comuns das comunidades rurais era repensado com uma finalidade pedagógica. A atividade permitia que o alunado atuasse ativamente no processo de aprendizagem, por meio da simulação das vendas de uma bodega. Para isso, a cartilha era acompanhada de um envelope provido de cédulas e moedas de brinquedo. A sugestão é que os professores simulassem o comércio com a utilização de pedras, folhas e frutas como mercadorias. As ilustrações foram acionadas como impulso a uma força propulsora na qual os elementos que cercavam a escola se tornavam instrumentos de fomento ao conhecimento, tal como consta na Figura 3:

**Figura 3** – Vamos brincar de bodega?

\*Use as cédulas e moedas que estão dentro do envelope e faça a brincadeira sugerida.

VAMOS BRINCAR DE BODEGA?

Quanto custa?

1 + 70 = 71 cruzeiros

1 + 10 = 11 cruzeiros

20 + 5 = 25 cruzeiros

5 + 1 = 6 cruzeiros

2 + 1 = 3 cruzeiros

2 + 5 = 7 cruzeiros

Aproveite as cédulas e moedas dos alunos para fazer uma brincadeira de compra e venda, usando pedras, folhas e frutas, com preços marcados no quadro.

Fonte: (SANTOS et al., 1982, p. 65).

No livro em análise, todas as ilustrações foram produzidas pelo mesmo artista. Isso contribuiu para que o material didático mantivesse um padrão da narrativa imagética, por meio de uma estética coerente que interliga os diferentes momentos do livro. O profissional responsável pela ilustração da cartilha foi o jovem pintor sergipano Jorge Luiz Barros. Nascido em Aracaju no ano de 1954, Jorge Luiz iniciou as suas atividades artísticas consideravelmente tarde, já no final da década de 1970, quando se aproximou do grupo de artistas na Galeria de Arte e Ateliê Livre de Eurico Luiz (1936-2004). Sob a tutela de Eurico Luiz, Jorge Luiz herdou o estilo centrado

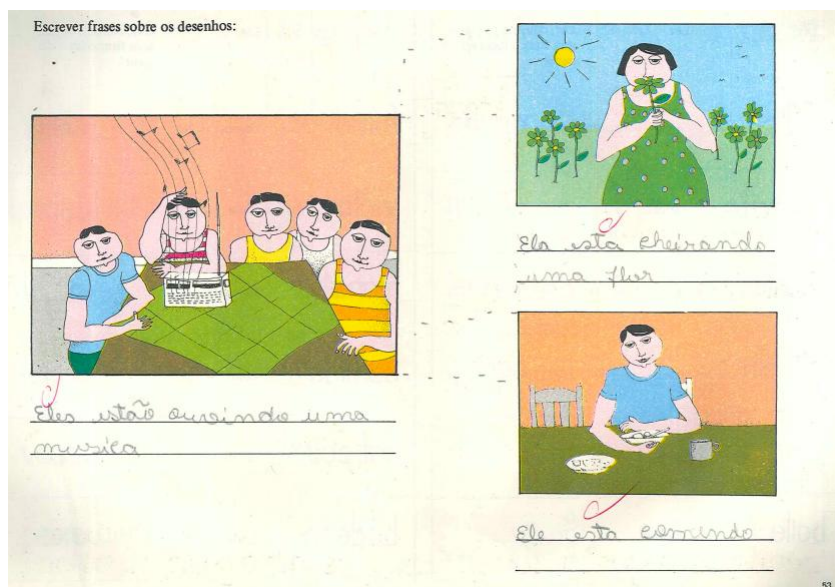
na figura do “cabeça chata”, que trazia fortes traços de uma perspectiva artística regionalista, a exemplo do observado nas Figura 4 e 5.

**Figuras 4 e 5** – “Cabeça chata” de Eurico Luiz e “Sem título” de Jorge Luiz



Fonte: (LUIZ, 1977; SOARES, 1980).

Assim, no início da década de 80 do século XX, Jorge Luiz Barros produziu as ilustrações da cartilha, centradas na figura do cabeça chata e pautadas no uso de elementos icônicos da cultura nordestina rural. O trabalho artístico com finalidade pedagógica revelou uma forte influência do mestre sobre o pupilo, conforme se observa na Figura 5:

**Figura 5** – Escrever frases sobre os desenhos

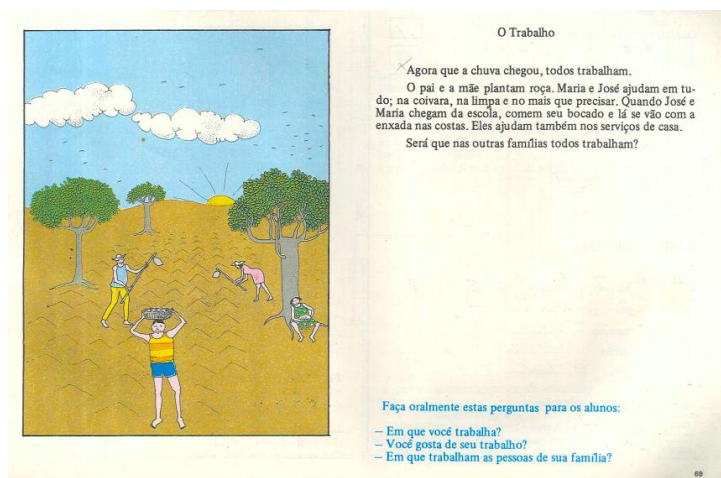
Fonte: (SANTOS et al., 1982, p. 63).

As ilustrações evocavam diferentes aspectos da vida rural em geral e dos jovens em particular. Se por um lado, estavam presentes as cenas como o trabalho no roçado, a feira, a comida e a festa do padroeiro, por outro, emergiam os jogos de futebol e as brincadeiras de bonecas aos domingos, assim como jovens ouvindo música ou cheirando flores. A iconografia do livro didático busca prender a atenção do leitor em diferentes níveis: fosse pelo cenário bucólico, fosse pela aproximação dos dilemas etários da juventude. Ensinar a partir do uso de imagens não consistia em uma inovação pedagógica, pois, ao longo da história educacional, foram recorrentes as experiências que mobilizaram pinturas (Santos, 2017; Santos, 2018), desenhos (Santos, 2016), mapas (Santos, 2020; Santos, 2022), como recursos didáticos (Santos, 2019). Contudo, a contratação de um projeto gráfico produzido por um artista contribuiu para construir um material didático que emoldurou uma leitura acerca da representação da população rural sergipana, na década de 1980, assim como agregou forte apelo afetivo.

As ilustrações produzidas por Jorge Luiz Barros reificavam uma paisagem rural marcada pelos instrumentos de trabalho. O tempo da escola emergia como um corte, um aligeirado tempo que intercalava dois atos de trabalho. Nesse sentido, a cartilha mostrava-se devedora de um projeto atinente à educação rural, por meio da valorização dos aspectos culturais dessa realidade, mas se afastava de uma proposta de educação popular, ao não evidenciar um projeto de ruptura da estrutura social, a exemplo do que se verifica na Figura 6.



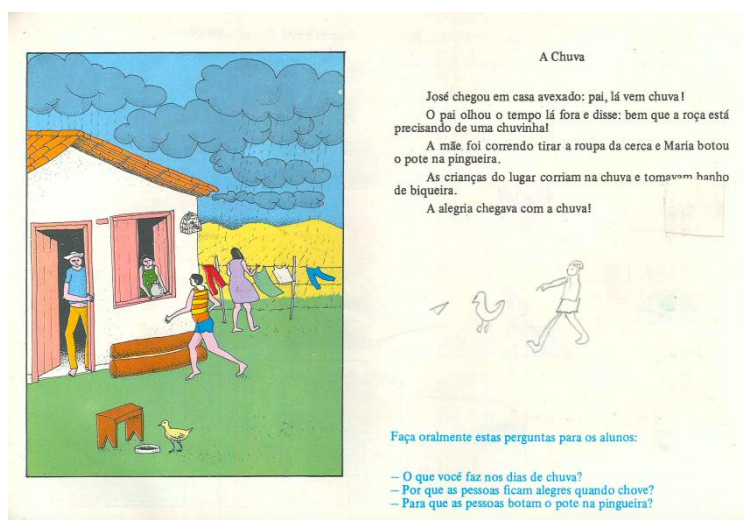
Figura 6 – O Trabalho



Fonte: (SANTOS et al., 1982, p. 69).

O grupo social representado na cartilha é o do pequeno proprietário rural, que se alimenta com parca refeição e que tira o sustento da roça a partir do trabalho familiar. Além disso, o grupo protagonista da trama pedagógica é constituído por um pequeno núcleo familiar, com pai, mãe, filho e filha. Uma família que compartilha grande parte das atividades diárias, conforme a Figura 7:

Figura 7 – A Chuva

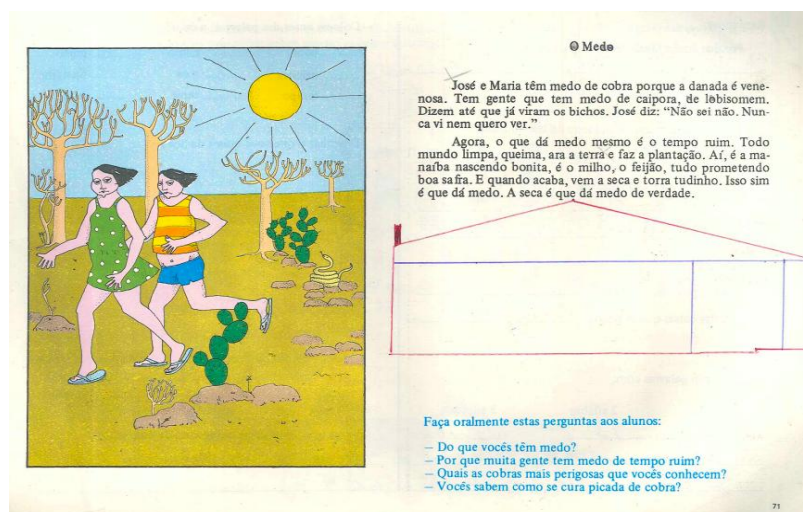


Fonte: (SANTOS et al., 1982, p. 62).

Apesar de constituir um núcleo familiar reduzido, a cartilha assenta uma estrutura na qual os protagonistas são marcados pela divisão sexual do trabalho. É mais um aspecto que assenta a

conotação ambígua da cartilha, que se aproxima da experiência dos de baixo para possibilitar o letramento, mas que pouco avança na propositura de uma mudança na estrutura social. Evidentemente, essa conotação não implica em uma crítica substanciada pela preocupação de uma “historiografia da falta”, até mesmo porque o próprio contexto da publicação gerava inúmeras limitações nas possibilidades de pensar a produção do material didático. Afinal, a cartilha foi produzida no âmbito de uma secretaria de estado da educação e em um contexto ditatorial. Nesse sentido, as lacunas apontadas são reveladoras das ambivalências da execução de uma experiência de educação rural dentro do campo das possibilidades históricas de seu tempo. Observe a Figura 8:

**Figura 8 – O Medo**



Fonte: (SANTOS et al., 1982, p. 62).

Como pode ser observado, o texto sobre o medo explicita o temor irascível das ameaças oriundas da própria natureza, como o veneno das cobras ou a longa estiagem. As proposituras orais norteavam-se na busca de saberes populares, como a questão da cura da picada de cobra. Tais saberes, desde a década de 1970, vinham sendo alvo da atenção das políticas públicas do governo ditatorial, com o fomento aos estudos no campo do folclore (Santos, 2022). Contudo, as narrativas textual e imagética pouco demonstram o político como agente da história. Os jovens correm apavorados com medo da cobra e revelam que o verdadeiro medo é o da seca, mas nada sinaliza a ausência de políticas públicas para amenizar os danos da estiagem. De alguma forma, dentro das possibilidades da história efetivada, havia um medo oculto do que era permitido ser dito, escrito e pincelado. A educação rural pensada em tempos de cerceamento da liberdade apresenta limites significativos. Afinal, não há como pensar em uma práxis de

educação popular plena em um contexto no qual a sociedade não tenha a liberdade de explicitar os seus anseios.

### Considerações finais

Neste artigo, mobilizo como fonte/objeto a cartilha de educação rural *Ponto de Partida*. Esse recurso didático, produzido pela equipe técnica da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe, no início da década de 1980 e que sinalizou uma ação desenvolvida por pedagogas formadas, ao longo da década anterior, que buscavam construir uma proposta viável para possibilitar o letramento da população de crianças e jovens que viviam no campo. O projeto em questão se inspirou em um passado recente da cultura regional, com a reinvenção do mundo rural sergipano, a partir das estruturas narrativas textuais que evidenciam os falares das camadas populares e as narrativas imagéticas que emolduravam uma paisagem marcada pela presença humana rural dos de baixo. Essa ação também revela um projeto compartilhado de promover o letramento da população do campo, com vistas à redução do índice de analfabetismo.

A cartilha traz à baila os meandros das especialistas em Educação, ao longo da primeira metade da década de 1980, momento no qual 45,8% da população sergipana vivia na zona rural e destes, de acordo com os dados do Censo de 1980, 62,2% nunca havia frequentado as escolas (CENSO DEMOGRÁFICO, 1980, p. 12). Esses dados demonstram como o analfabetismo no mundo rural persistia como um grave problema a ser enfrentado pelo governo de Sergipe, por meio da constituição de políticas públicas.

*Ponto de Partida* é um material didático permeado de ambiguidades. Por um lado, revela as ações do Estado brasileiro, como resultante da política pública educacional de dois governadores de Sergipe integrantes do Partido Democrático Social, um sucessor da antiga ARENA. Além dessa faceta oficial, a cartilha também sinalizava a apropriação do debate educacional em relação à educação popular, com os usos de palavras geradoras que refletiam o cotidiano do alunado para assim possibilitar o processo de letramento. De igual forma, o material escolar também movia a imagem geradora com a mesma finalidade.

Diante do exposto, *Ponto de Partida* constitui um importante capítulo da experiência sergipana orientada à educação rural, no qual profissionais oriundos dos campos das artes e da pedagogia se envolveram na construção de uma narrativa que buscava adentrar os meandros da cultura do

campo. Nas páginas da cartilha, diferentes gerações de crianças e jovens da zona rural sergipana adentraram o mundo da leitura e da escrita. Hoje, pelas mesmas páginas, torna-se possível discorrer sobre a confluência de histórias que esse recurso didático materializou. Na dialética da história, a matéria galga novos sentidos e usos; revela-se como frestas que possibilitam encontros de diferentes temporalidades e o descortinar de novos horizontes. O material didático, como fonte histórica, constitui um vasto campo de possibilidades e este é apenas um ponto de partida.

### Referências

- ALESE. **Assembleia Legislativa de Sergipe homenageia professores com título de cidadania sergipana**. Aracaju, 2017. Disponível em: <https://al.se.leg.br/alese-homenageia-professores-com-titulo-de-cidadania-sergipana/>. Consultado em: 20 de janeiro de 2024.
- IBGE. **Censo Demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade**. Vol. 1, t. 14 (Sergipe). Rio de Janeiro: IBGE, 1980 NSO DEMOGRÁFICO.
- DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. **Informe n. 064/82/10/DSI/MEC**. Rio de Janeiro, 1982. Arquivo Nacional. AC ACE, 25 388/82.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 7ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. **A nova escolha do Livro Didático**. Rio de Janeiro: FAE, 1985.
- LUIZ, Eurico. **Cabeça chata**. Dimensão: 70 x50 / C.M. 91 x73. Técnica: OST, 1977. Cod. 2015240. Galeria Zé de Dome.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objeto gerador: considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Historiar**. Vol. 08, N. 14, 2016, p. 70-93.
- REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SANTOS, Alaíde dos; ROCHA, Denise Costa Lima da; RABELO, Iara Madureira; CORBAL, Maria das Neves Gonçalves; GARCIA, Sílvia Maria Duarte Moreira. **Ponto de Partida**. Vol. 2. Aracaju: J. Andrade, 1982.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. “Nos plácidos campos do papel, aos golpes da pena”: Isabel Gondim e a recepção dos livros escolares de História do Brasil (1873-1913). **Escritas**. V. 15, n. 1, Araguaína, 2023, p. 148-168.

- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Para felicidade dos povos que habitam este clima”: Manoel Antônio Coriolano e a escrita da Notícia histórica da província do Rio Grande do Norte (1875-1881). **Muitas Vozes**. V. 11, Ponta Grossa, 2022, p. 1-13.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Scenas da História do Brazil”: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças. *Revista História Hoje*. V. 6, n. 12, Rio de Janeiro, 2017, p. 204-230.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um conto moral que sirva de espelho da vida”: Bathazar Goes, um intelectual pensando o ensino de História. **Interfaces Científica**: Educação. Vol. 7, nº 2, 2019, p. 23-34.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Aos pés da águia alada: os grupos escolares e a infância sergipana nos tempos de Graccho Cardoso (1922-1926). **Interfaces Científicas**: Educação. Vol. 2, nº 3, 2014, p. 59-70.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares para crianças. **História, Histórias**, v. 5, n. 9, p. 104-126, 2017.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Simples, atrahente e comovente”: o ensino de História nos programas dos grupos escolares sergipanos (1912-1924). **História & Ensino**, v. 24, n. 1, 2018, p. 165-197.
- SOARES, Luiz Roberto. **2ª. Mostra do Desenho Brasileiro**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1980.

Recebido em 2024-09-18

Revisado em 2024-12-04

Aprovado em 2024-12-23

Publicado em 2024-12-31